

# VIEIRA E O ATLÂNTICO EQUATORIAL: o Maranhão na Guerra Luso-Castelhana (1640-1668)

## *VIEIRA AND THE EQUATORIAL ATLANTIC: Maranhão in the Luso-Castelhana War (1640-1668)*

Nathalia Moreira Lima Pereira<sup>1</sup>

### RESUMO

Sabemos que a historiografia tem insistido, por vezes, na representação de um Vieira multifacetado, dissociando e confrontando seus aspectos político, religioso, profético e, até mesmo, diplomático. Desse modo, a missão no Maranhão (1653-1661) é mais um episódio da árdua jornada do jesuíta em contribuir para a transcendentalidade do reino luso pós Restauração Portuguesa. Era notória, para Vieira, a importância desta área de fronteira na conjuntura política portuguesa, ao término da União Ibérica, que via nesse imenso território vantagens na guerra luso-castelhana, mas, também, a concretização de um projeto universal pensado anos antes na inacabada obra *História do Futuro*. Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar os escritos do padre Antônio Vieira que apontam essas singularidades e como elas contribuíram para moldar seu pensamento político-profético.

**Palavras-chave:** Vieira; Maranhão; fronteira; guerra luso-castelhana

### ABSTRACT

We know that historiography has insisted, at times, on the representation of a multifaceted Vieira, dissociating and confronting his political, religious, prophetic and even diplomatic aspects. Thus, the mission in Maranhão (1653-1661) is yet another episode of the Jesuit's arduous journey in contributing to the transcendentality of the Portuguese kingdom after the Portuguese Restoration. It was well known, for Vieira, the importance of this frontier area in the Portuguese political context at the end of the Iberian Union, which saw in this immense territory advantages in the Portuguese-Castilian war, but also, the realization of a universal project thought years before in the unfinished work *História do Futuro*. Thus, the objective of this article is to analyze the writings of Father Antônio Vieira that point out these singularities and how they contributed to shape his political-prophetic thin.

**Keywords:** Vieira; Maranhão; frontier; Portuguese-Spanish War

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Maranhão/PPGHIS. Defendeu a dissertação intitulada *Universalismo, guerra e profecia: Maranhão no tempo da Restauração portuguesa nos escritos do Padre Antônio Vieira (1641-1653)*, em 2017. Contato: (98) 98819-1409. e-mail: nathalia\_mlp@hotmail.com.

## O Mar, o Rio e suas rotas...

A grandiosidade do território Amazônico, descrita nos relatos e crônicas de viajantes, exploradores e missionários, ensaiavam um projeto de conquista das potenciais riquezas desta área de fronteira e uma suposta ligação fluvial entre o rio Amazonas e o rio da Prata. Tais relatos chamaram rapidamente a atenção de diversas nações estrangeiras, a exemplo dos holandeses, franceses e ingleses. A ideia de navegar através dos sertões, percorrendo o rio Amazonas até entre as Índias de Castela, tendo o oceano Atlântico como saída, passa rapidamente a ser representada nas crônicas portuguesas. Com efeito, muitos aventureiros de várias partes da Europa reconheciam a região, antes mesmo de sua conquista lusa, em 1615. Em função de sua condição de fronteira e posição estratégica, exatamente no centro entre o Caribe, o Peru e o Brasil, muitas autoridades consideravam as vantagens de controlar e proteger essa região. (REIS, 1993; CARDOSO E SOUZA, 2008; ACUNA, 1994)

De fato, a segurança do território ganha outra dimensão na década de 1640, após a Restauração portuguesa, início também de um curto governo holandês na ilha de São Luís, em 1641. Portugal tem, então, a difícil tarefa de defender suas fronteiras, retomando suas praças perdidas, mas também garantindo outros novos territórios para a conversão. Na opinião de Vieira, todos estes temas estão relacionados com o especial contexto da Restauração Portuguesa e, seus escritos, estão carregados de sentidos complementares. Nos textos políticos e proféticos, sermões e cartas que Vieira produziu sobre o Maranhão e Grão-Pará, antes mesmo de pisar nestas terras, há narrativas e indícios importantes que aproximam a história da conquista lusa destes territórios com o projeto universal do Quinto Império.

O período em que Vieira esteve no Maranhão, entre 1653 e 1661, tem relação com um projeto maior, de redenção e conversão geral da gentildade cujo papel atribuído à nação portuguesa é central. Esta noção, chamada por alguns historiadores de lusocentrismo vieiriano, alicerça muitos dos escritos do jesuíta, e não apenas os textos proféticos (MARTINI, 2011). Como se sabe, uma parte da fortuna crítica do famoso jesuíta considerou essa uma fase distinta e, em certo sentido, contrária ao período chamado “diplomático”, nos anos de 1640. Por outro lado, parece cada vez mais importante compreender tais fases a partir da ideia de continuidade, e não de ruptura ou incoerência. Não há no *corpus* documental vieiriano nada que evidencie uma mudança radical de posição entre o Vieira “diplomata” e o Vieira “missionário”. Este artigo versa exatamente sobre a fase de transição, em que o jesuíta ainda não cruzou o Atlântico, para assumir a missão do Maranhão, mas já incluía esse imenso território nos seus escritos.

Vieira não era o único. A noção que concebe os portugueses como um “povo eleito por Deus” pressupõe, segundo Alcir Pécora, um exercício comunal para a sua execução histórica. Desse modo, para Vieira, assim como para outros letrados do período, os portugueses deveriam se reunir em uma comunidade cristã ao modo de uma monarquia ideal, que deveria garantir instrumentos necessários para a conversão de judeus e índios. Esta ideia, claro, tinha forte conexão com a expansão ultramarina. Nesse sentido, o Brasil

e o Maranhão, inclusive a Índia, eram fundamentais. (PECORA, 2008, pp. 21-25; MACEDO, 2014, pp. 76-78.) De fato, muitas de suas cartas, escritas entre 1641 e 1652, trazem com frequência a menção ao território do Maranhão, entre os vários comentários sobre acordos com a França e os Países Baixos. Da mesma forma, Vieira já tinha consciência das conveniências e características próprias da navegação para a Amazônia portuguesa. Para o jesuíta, o Maranhão oferecia uma conexão com o reino “muito mais fácil e livre, e de menos risco”, e isso deveria servir aos propósitos da guerra com Castela. (VIEIRA, 1925, p. 219)

O rio Amazonas sempre despertou interesse no jesuíta. Vieira já especulava sobre suas dimensões e sobre as nações indígenas que habitavam esse imenso labirinto fluvial. A descoberta de novas rotas, franqueada pela imensidão do Amazonas, é compreendida aqui, ao mesmo tempo, como possibilidade de novas áreas de expansão missionária. Não há, portanto, contradição nos dois movimentos. A localização estratégica do Maranhão, entre o Brasil e o Peru, também será objeto da avaliação que Vieira faz da guerra luso-castelhana no seu famoso Papel Forte. (VIEIRA, 1951)

## Amazônia e a guerra luso-castelhana

A região do Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte, antes mesmo da Restauração portuguesa, se tornou palco de incursões estrangeiras motivadas principalmente pela condição de fronteira que essa região possuía. Da mesma forma, as crônicas de época chamavam atenção para as potenciais vantagens desta localização geográfica na exploração do comércio de especiarias, pelo acesso rápido ao mar do Caribe. Como se sabe, foi ainda durante a permanência de Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640) que esta fronteira foi integrada ao sistema político europeu, com a instituição do Estado do Maranhão, em 1621. Esta nova unidade política, bem ao gosto do estilo castelhano de governo, era formada por capitanias reais e particulares.

Após a expulsão dos franceses do Maranhão, Alexandre de Moura deu continuidade às expedições portuguesas pelo interior do território próximo ao delta do Amazonas (REIS, 1993, p. 07). Ao analisar esta expansão, Rafael Chambouleyron entende que o estudo do “espaço” que compreendia o antigo “Maranhão” deve levar em consideração a relação dinâmica e de conflitos envolvendo europeus, índios, mas também os africanos, apesar da presença tardia deste último grupo. (CHAMBOULEYRON, 2010, pp. 29-35.) As missões jesuíticas, a partir do século XVII, como se sabe, iniciaram um eficiente sistema de conversão do gentio ao longo das margens do grande rio Amazonas. Nas décadas de 1650 e 1660, a própria obra vieiriana vai traçar um perfil amplo desta expansão da fé, ao integrá-la numa história maior da expansão lusa pelo mundo. Ao mesmo tempo, Vieira deixa claro, em vários momentos, sua dívida com jesuítas que estiveram antes dele na Amazônia portuguesa, como o padre Luís Figueira, fundador da própria missão. (LEITE, 1990.)

Para parte da historiografia, o Estado do Maranhão foi considerado uma região à parte do processo de ocupação do Estado do Brasil, este último pautado na economia

açucareira e no comércio transatlântico de escravos africanos principalmente da rota angolana. Rafael Chamboleyron, por exemplo, desenvolve essa perspectiva, demonstrando que o Maranhão tinha outra experiência oceânica não voltada para o Atlântico Sul, mas sim para a parte equinocial do Atlântico norte. (CHAMBOULEYRON, 2008, pp. 187-204). Para Vieira, mesmo adotando termos bem distintos, existe a consciência das diferenças entre as duas regiões da América portuguesa.

Em meio a diversas ameaças aos territórios luso-americanos, Vieira no final da década de 1640 concebe formas alternativas de proteger o que restou da guerra contra Castela e das invasões neerlandesas. Nesse caso, os territórios próximos ao rio Amazonas teriam um papel destacado. Para Vieira, os imensos corredores fluviais, capazes de atingir em pouco tempo as Índias ocidentais, o Peru e o Caribe, justificariam a participação dos luso-maranhenses em qualquer projeto de proteção desta parte do mundo. (VIEIRA, 1925, pp. 134 e 135.) Vieira também especula, como outros na época, sobre outras conexões, a exemplo da ligação entre o Amazonas e o rio da Prata, por onde seria possível alcançar o Chile e as minas que a Espanha tinha ali. Acessando a bacia platina, pelo Rio de Janeiro ou São Paulo, o percurso se faria “terra adentro” até chegar a seus afluentes. Assim, escreveu o jesuíta ao Marquês de Niza, em 1648:

Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas. (VIEIRA, 1925, p. 135)

Vieira acreditava que este percurso seria o melhor para efeito da guerra, pois a rota a ser feita levaria os portugueses eventualmente até o mar do Sul ou Pacífico, pelo Estreito de Magalhães. Segundo ainda o jesuíta:

Quanto às conquistas de Castela, a primeira que pode entrar em consideração é a de Chili, que está no mar do Sul em altura de 38 graus. Fácil de conseguir pela pouca resistência dos portos, é das ricas e proveitosas que se podem empreender, tanto pelo que é em si, como por ser passo para as serras e minas do Peru, em que estão depositados os maiores tesouros das índias Ocidentais; e pode ajudar muito a esta navegação o porto do Rio de Janeiro, que fica no meio da viagem, e é mui capaz de nele se refazerem os navios, e se proverem do necessário. Contudo, eu não seria de parecer que por aqui se começasse a guerra ou conquista das índias: porque é a viagem compridíssima, que se não pode fazer em menos de sete ou oito meses, havendo de passar os navios pelo estreito de Magalhães [...]. (VIEIRA, 1925, pp. 135 s 136.)

Nesta mesma linha, Vieira apostava no apoio logístico e bélico dos nativos da região. Vieira sabia, na ocasião em que escreveu sobre a guerra entre luso-brasileiros e holandeses na Bahia, em sua Carta Ânua de 1626, que os índios do Estado do Brasil poderiam ser soldados fieis. Em relatos anteriores, de cronistas laicos e de missionários, já se apontava a importância da força bélica nativa no combate aos holandeses. Neste campo, os moradores e autoridades portuguesas dependiam, em larga medida, dos missionários na negociação do apoio indígena. Em especial, os jesuítas no Estado do Maranhão foram

fundamentais nesta interlocução, sobretudo no trato das línguas indígenas. (CARDOSO, 2002, pp. 205-207.) Na Carta Anua, de 1626, o jesuíta narra os sucessos dos soldados nativos na expulsão dos holandeses da Bahia. Segundo Vieira, mesmo com a situação de miséria dos soldados, sem comida e sem pólvora, “não havendo em todo o arraial mais que um barril mui pequeno” e se “sustentando só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca de água”, este conseguiu recuperar a praça com o auxílio nativo. (VIEIRA, 1924, pp.39 e 40.) Sobre os índios guerreiros, Vieira acrescenta:

Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias; antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque, quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo frechas, que os trespassavam, [...] não se atreviam a resistir, porque, enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas frechas, sem outro remédio senão o que davam os pés, virando as costas; mas nem este lhe valia, porque, se eles corriam as frechas voavam e, descendo como aves de rapina, faziam boa presa; e ainda que não matavam algumas vezes de todo, todavia, como muitas eram ervadas, ia o veneno lavrando por dentro até certo termo, em que lhes dava o último da vida. Entre estes índios se avantajavam uns na destreza do atirar, outros no ânimo de acometer, mas em geral se experimentou em todos os desta capitania grande ódio aos contrários e maior fidelidade aos nossos, porque, sendo assim que muitos negros de Guiné, e ainda alguns brancos, se meteram com os holandeses, nenhum índio houve que travasse amizade com eles, o que foi muito particular e especial mercê de Deus, e indústria também dos nossos padres, os quais sempre, e agora mais que nunca e com mais eficácia, os instruíam na fé, intimando-lhes o amor que deviam ter a Cristo, e lealdade a Sua Magestade. (VIEIRA, 1925, pp. 40 e 41.)

Outros jesuítas defendiam que os índios deveriam ter um papel central nas guerras portuguesas, sempre sob a coordenação dos próprios padres, seus líderes espirituais. Para Vieira, o papel nativo seria mais alargado na defesa da Restauração brigantina, incluindo a construção de fortificações e a vigilância do território. Em carta a D. João IV, já existe uma relação entre a conversão das almas e a defesa da independência lusa:

[...] e se pregar aos índios a fé de Jesus Cristo, sem mais interesse que o que ele veio buscar ao mundo, que são as almas, e houver quantidade de religiosos que aprendam as línguas, e se exercitem neste ministério com verdadeiro zelo; não há dúvida que, concorrendo a graça divina com esta disposição dos instrumentos humanos, os índios se reduzirão facilmente à nossa amizade, abraçarão a fé, viverão como cristãos, e com as novas do bom tratamento dos primeiros trarão estes após de si muitos outros, com que além do bem espiritual seu, e de todos seus descendentes, terá também a república muitos índios que a sirvam e que a defendam, como eles foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la. (VIEIRA, 1925, pp. 313 e 314.)

A integração dos índios convertidos aos negócios da monarquia portuguesa parece ser, em si mesma, um dos objetivos da conversão. Portanto, além dos serviços nas lavouras e na extração de drogas nos sertões, os índios para Vieira deveriam exercer uma das suas atividades mais conhecidas: a guerra. Dessa forma, a imensidade do território amazônico poderia resguardar suas fronteiras no contexto perigoso da guerra hispano-lusa. É bom lembrar que, como aponta Rafael Chambouleyron, a política

portuguesa sobre fronteiras, apesar do grande incentivo durante o período da integração à Monarquia Hispânica, só começava a ganhar definição na segunda metade do século XVII, quando a Coroa passou a “controlar, incentivar e ordenar diversos aspectos dessa conquista, como o povoamento, as atividades econômicas, a reprodução da força de trabalho e o comércio”. (CHAMBOULEYRON, 2011, pp. 91-107.) Não por acaso que, no labirinto de canais que eram os rios da região, os nativos e suas canoas poderiam ser fundamentais.

As próprias missões religiosas, muitas vezes, desempenhavam um papel relevante na ocupação de áreas consideradas perigosas. As cartas do padre Vieira, escritas nos anos 1650, tratam ocasionalmente sobre esse tema. (VIEIRA, 1928, p.431.) Quanto à guerra luso-castelhana, além do projeto de utilização direta da força bélica indígena nas batalhas que viessem a ocorrer no Atlântico Equatorial, Vieira também expõe em carta ao Marquês de Niza uma antiga proposta. Na ocasião, o cardinal Mazarino havia prometido a Portugal socorro na guerra contra Castela, oferecendo 6.000 soldados com a condição de que El-Rei D. João IV pagasse a França todos os anos 160 mil cruzados, com a concessão de mais duas praças marítimas. O Marquês de Niza, responsável pelo sucesso do acordo, oferece somente a praça africana de Tânger. Vieira contraria tal proposta, pois acreditava que, caso se firmasse o acordo, os soldados portugueses, nascidos e criados em Tânger, não se submeteriam a um rei estrangeiro. Vieira então argumenta que:

Todas as considerações que V. Ex. faz sobre Tânger são de conhecida e praticável conveniência; só na dos soldados se me representa dificuldade, porque aqueles cavaleiros de África quase todos são nascidos e casados ali, e obrigá-los a que fiquem sujeitos a rei estranho é cousa em que entendo não virão nunca; persuadi-los também a que deixem pátria, casa, mulher e filhos (e isto a um povo inteiro e de soldados que depende de tantas vontades e tão livres) é negócio não fácil de compor e levar ao cabo, e que, quando se houvesse de emprender, convém que seja com grande destreza e secreto, porque a vizinhança de Castela, e o exemplo de Ceuta, os não convidem a se entregarem primeiro ao castelhano do que nós os entreguemos ao francês. Lembra-me que, falando-se outra vez em semelhante caso, se apontou que aquela gente se passasse a povoar o Maranhão, e se eles quisessem vir nisso, ainda que fosse fazendo-lhes S. M. mercês, seria grande conveniência. (VIEIRA, 1925, p.160.)

Portanto, estava claro que os territórios portugueses do Atlântico equatorial e seus habitantes, portugueses ou nativos, tinham um papel dentro de projetos maiores sobre a guerra com Castela. As “conveniências” de um espaço de fronteira não poderiam ser ignorados. Para Vieira, entretanto, a questão não se resumia apenas a manobras militares. Com efeito, a geopolítica vieiriana também admitia que o destino destas terras se articulava com o devir da própria cristandade, e que poderia ser objeto das profecias.

## Uma geografia profética

Para Helidacy Corrêa, os espaços reconquistados no antigo Estado do Maranhão foram inseridos em “práticas e estratégias administrativas complexas” que permitiram

uma comunicação mais intensa entre diferentes setores da vida portuguesa, que incluía a economia, a política e a Igreja, na preservação de um território considerado terra do meio, ou de fronteira. Dessa forma, todas as atividades relacionadas à guerra dependiam, para além das estratégias, necessárias, da compreensão da dimensão mística que explicaria o destino dos territórios cristãos. Nesse sentido, a atividade missionária estava inserida dentro de uma política, a um só tempo, restauracionista, belicista, providencialista e profética. Acima de tudo, Vieira compreendia que a lógica profética informada pelo estudo das profecias antigas permitia ver uma geografia mística ou profética que incluía, entre outros tantos territórios, o Brasil e o Maranhão (CORRÊA, 2011, pp. 25-79). Segundo o jesuíta:

Digo primeiramente, que o texto de Isaías se entende do Brasil, porque o Brasil é a terra que diretamente está além e da outra banda da Etiópia como diz o Profeta: *quae est trans flumina Aethiopiae*, ou como verte e comenta Vatablo: terra, *quae est sita ultra Aethiopiam (quae Aethiopia scatet fluminibus)* e o hebreu ao pé da letra tem *de trans flumina Aethiopiae*. A qual palavra—*de trans*— como notou Malvenda, é hebraísmo, semelhante ao da nossa língua. Os Hebreus dizem—*de trans*— e nós dizemos, detrás; e assim é na geografia destas terras, que em respeito de Jerusalém, considerado o círculo que faz o globo terrestre, o Brasil fica imediatamente detrás de Etiópia. (VIEIRA, 1998.)

A própria noção de “espaço” em muitos textos de Vieira, como *História do Futuro*, guarda bastante semelhança com profecias antigas. A hidrografia, com seus rios infinitos e caudalosos, possibilitou a investidura dada por Vieira ao Maranhão, a partir da profecia de Isaías, de *Terra cymbalo alarum*, que significa “terra que tem sinos com asas”. Tal descrição fazia alusão ao *maracá*, instrumento musical indígena, e as embarcações que se chamavam *maracatins*, derivado da palavra *maracá* e, portanto, significando *cymbalo* ou *sinos* para os hebreus. Segundo o jesuíta, para o profeta Isaías, “a terra de que fala, é terra que usa embarcações, que tem nome de sinos; e estas são pontualmente os maracatins dos Maranhões”. (VIEIRA, 1998, pp. 305-309.) Assim, estava claro que as características físicas do mundo tinham significados maiores que guardavam relação com o destino final destes lugares.

Os *maracatins* também podem ser descritos como um tipo de canoa utilizada pelos indígenas na Amazônia. Nada mais apropriado, pois Vieira sabia que o combate aos holandeses no Maranhão era principalmente de natureza fluvial, com embarcações utilizadas também como navios de guerra pela altura das bordas do rio ao modo de trincheiras. (CARDOSO, 2012, pp. 275 e 276.) O padre Vieira, em carta ao Provincial do Brasil, em 1654, descreve a facilidade da fabricação das canoas nativas, feitas a partir de um só tronco de árvore. Para Vieira:

É um louvar a Deus. Tudo isso se arma e se sustenta sem um só prego, o que não se ver em uma canoa para o intento, pois todo o pregar se supre com o atar, e o que havia de fazer os ferros fazem os vimes, a que também chamam cipó, muito fortes, com que as mesmas da canoa se atracam; e tudo quanto dela depende vai tão seguro e firme como se fora pregado. (VIEIRA, 1925, pp. 373 e 374.)

Quanto ao estilo da guerra que se fazia com tais embarcações, o jesuíta utiliza como exemplo a sua utilização pela nação *nheengaiá* que, combatendo os portugueses escravistas:

Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas, que nesta terra são todas por água, em que roubaram e mataram muitos portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas aldeias, ainda naquelas que estavam mais vizinhas às nossas fortalezas, matando e cativando; e até os mesmos portugueses não estavam seguros dos Nheengaibas dentro em suas próprias casas e fazendas, de que se vêem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas capitânicas dentro em certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do mar, da terra e dos rios, nem ainda a passagem deles, senão debaixo das armas. (VIEIRA, 1925, pp. 556 e 557.)

A interpretação dada por Vieira em *História do Futuro*, a partir do versículo 44 do Livro do profeta Daniel, é bem ilustrativa. Para Vieira, o mundo conhecido após os descobrimentos era um mundo novo, no sentido de que poderia corrigir os erros do Velho Mundo, ou auxiliar aquele na concretização de um destino comum. Nesse caso, o papel do Maranhão poderia revelar-se, pois aquelas terras eram, dentro de um Novo Mundo, um mundo mais novo ainda. Esta questão perpassa vários campos do discurso vieiriano, patente de todo modo na sua interpretação do messianismo régio, o Joanismo. No campo bélico, com a guerra de Restauração contra Castela atingindo seu ponto mais decisivo, esta geografia vieiriana não estava, por outro lado, em discordância com a ideia segundo a qual o reino de Portugal teria um papel proeminente no estabelecimento de um Império cristão na terra. Ao contrário, apesar da relevância de Portugal, e principalmente da cidade de Lisboa nesse projeto, as quatro partes reunidas do mundo tinham, cada qual, o seu papel específico, embora por vezes não tão claro:

O mundo que conheceram os antigos se dividia em três partes, África, Europa, Ásia: depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte, espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos de Austral. Este foi o mundo passado, e este é o mundo presente, e este será o mundo futuro: e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) um mundo inteiro. Este é o sujeito da nossa história, e este o Império que prometemos ao mundo. Tudo o que se abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, será sujeito a este quinto Império. [...] Todos os reinos se unirão a um centro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão a uma só diadema e esta será a penha da Cruz de Christo. (VIEIRA, 1998, pp. 32 e 33.)

Assim, para Vieira, a América, embora fosse nova para os homens da terra, estava somente oculta para aqueles que sabiam interpretar devidamente as escrituras. Por outro lado, Vieira não ignora que, mesmo sem conhecer a palavra Dele, os índios já viviam nessas terras, “novo para nós, que somos os sábios; mas para aqueles bárbaros, velho e muito antigo”, dizia com ironia o jesuíta. Aqui, e em toda a extensão do capítulo XII de *História do Futuro*, Vieira já argumenta ser a América portuguesa como a *Terra oculta* nas Sagradas Escrituras, chamada pelo profeta Isaías de Austral. (VIEIRA, 1998, pp. 232-338.)

É bom lembrar que, para muitos especialistas, a obra *História do Futuro* não seria um livro específico, mas fruto de uma reorganização de diversos textos dispersos, reunidos no decorrer do período entre 1645-1661. (MUHAMA, 2007.) Em seu processo inquisitorial, Vieira esclarece que seu projeto profético se iniciou com a composição



de uma outra obra, mais tarde nomeada *Clavis Prophetarum*, composta supostamente entre 1645 e 1646, período anterior a sua estadia no Maranhão. Parte do que se tornou a conhecida *História do Futuro* estaria inserida originalmente em *Clavis Prophetarum*, que só foi finalizada no final de sua vida, já no colégio dos jesuítas na Bahia. A maturidade dessa obra, composta ao longo de vários anos, já apresenta um Vieira desencantado com o panorama profético que traçou anos atrás. Entretanto, a relação entre a missão luso-maranhense e o destino profético dos portugueses parece ser um dos pontos mais estáveis da obra vieiriana.

São essas interferências cronológicas que tornam a cronologia das obras proféticas do padre Antônio Vieira um tanto controversas. Censuradas em vários sentidos, a carta *Esperanças de Portugal* e a *História do Futuro*, tornaram-se ideias incompreendidas pelo Santo Ofício em vários sentidos. Em primeiro lugar, por não acreditarem que Bandarra era o verdadeiro profeta e que D. João IV ressuscitaria; em segundo lugar, para a Inquisição as profecias antigas já interpretadas, deveriam seguir a linha da *Bula Tridentina de 1514*<sup>2</sup> e, portanto, não deveriam sofrer novas interpretações. (MARTINI, 2011, pp. 88 e 89.)

Nesta geografia profética, os rios e mares obviamente são fundamentais. Nos sermões, e nas obras proféticas, o *mare Magnum*, que no Velho Mundo é o mar Mediterrâneo, ajudaria a entender o papel do próprio Amazonas. Para Vieira, o Mediterrâneo, antes grandioso e insuperável, começaria a ceder espaço para o mar de água doce, o Amazonas, que de tão poderoso deveria ter um papel importante para o devir da cristandade. Da mesma forma, o jesuíta interpreta certos “detalhes particulares” deste imenso rio, que o profeta Isaias teria descrito como *ad populum terribilem e cujus diripuerunt flumina terram ejus*, terra de gente terrível e cujos rios as terras dividem. Essa gente terrível são os *brasis*, gente da terra do Brasil, que habita mais particularmente a “província” do Maranhão, já que é nesta província em que os rios são infinitos, maiores e os mais caudalosos do mundo. (VIEIRA, 1998, pp. 298-301.)

O conjunto da obra vieiriana sugere uma correlação entre variados pontos do território português no Atlântico. Para o jesuíta, entender o oceano, a complexidade de sua travessia e exploração, a funcionalidade de suas correntes marítimas, não está tão distante de uma leitura profética do mundo. Vieira conhecia, nesse sentido, as características próprias da navegação entre Maranhão, Europa e o Caribe, cujo sistema de correntes oceânicas tornava a jornada sempre favorável. Hoje em dia, os historiadores e geógrafos sabem que a dinâmica da corrente Norte-Equatorial age contrariamente ao sentido das correntes do Atlântico Sul, que segue o sentido anti-horário, tornando relativamente simples qualquer viagem entre Maranhão-Portugal, por exemplo. Na geografia profética, esta conexão sugere mais do que uma ligação fortuita. (CARDOSO, 2012, pp. 173-179.)

Quer seja por crença nas profecias, quer seja por um exame pragmático das circunstâncias, ou pelos dois motivos, Vieira acreditava que a ilha de São Luís, assim

<sup>2</sup> Em 1546 se estabeleceu no Concílio de Trento um decreto papal onde se decidiu que ninguém poderia interpretar as escrituras sem o consenso da Igreja. Ver: BEDOUELLE, G. Biblical interpretation in the Catholic Reformation. In: HAUSER, A. J.; WATSON, D. F. (eds). *A History of Biblical Interpretation*, v. 2: The Medieval through the Reformation Periods. Grand Rapids, Michigan, Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2009, p. 431.

como outras ilhas do Atlântico Norte, como as ilhas do Caribe, Açores e Cabo Verde, tem sua própria existência ligada ao destino de Portugal. Na guerra contra Castela, essas ilhas serviriam perfeitamente como bases avançadas, preparadas ao mesmo tempo para vigilância como para eventuais ataques. Na verdade, essas ilhas já eram escala natural das rotas comerciais dos navios portugueses e espanhóis. Em carta ao Marquês de Niza, em 1648, Vieira abordou as peculiaridades das ilhas atlânticas e sua funcionalidade:

E intentando-se, seria eu de parecer que se não começasse pela terra firme, senão em alguma das muitas ilhas que ali há ou no canal de Panamá, com que se fecharia o comércio, ou em outro sítio daquelas entradas, que se tiver por mais acomodado. Esta ilha servirá como de praça de armas, onde as naus se possam recolher e refazer, e ainda lavrarem-se muitos mantimentos, que de tudo são capazes por sua grandeza e fertilidade algumas daquelas ilhas. (VIEIRA, 1925, p. 167.)

O que estamos chamando de textos proféticos, por outro lado, não se resumem as obras escritas durante o processo de Vieira junto à Inquisição, e que tem suas publicações tardias, mas a um conjunto maior da obra vieiriana. Estão, assim, presentes em cartas, sermões e escritos políticos. Não há motivos para pensar sentidos contraditórios nessas variadas formas de manifestação letrada. Não por acaso, para autores como Besselar e Adma Muhana, a profecia do Quinto Império de Vieira já poderia estar sendo formulada já nos primeiros anos de 1640. Da mesma forma, não se pode esquecer que toda a obra profética do jesuíta foi revisada, primeiramente por ele, e depois pelos seus algozes e, mais tarde, publicada, só em 1718, com o aval da Companhia e do Tribunal do Santo Ofício. O livro profético inacabado, *História do Futuro*, consta de sete manuscritos apógrafos, em folhas desordenadas. Esta obra tardia e reconstruída ao gosto das reflexões de um velho Vieira é a única obra profética do jesuíta que inclui uma análise específica sobre o papel do Maranhão nas profecias sobre o Quinto Império.

## O Maranhão Profetizado

Em sua obra *Cartas de Antônio Vieira*, de 1925, João Lúcio de Azevedo descreve a motivação da vinda do jesuíta para as missões do Maranhão. Desenganado com a política restauracionista e seus insucessos diplomáticos, Vieira “escolheu” o Maranhão para iniciar sua obra espiritual. Mesmo se tratando de um período não analisado no texto dissertativo, sua convicção em vir para essa Província, “onde pouco havia alguém da Companhia de Jesus”, com clara certeza foi estimulado pelo seu pensamento político-profético. (VIEIRA, 1925, pp. 269 e 270.)

Reconhecendo as vantagens que o Maranhão possuía pela proximidade com Portugal é comum intuir que a referência à Providência Divina e a predestinação cristã no livramento das almas nativas já eram efeitos no pensamento de Vieira antes mesmo de 1653. Em carta ao príncipe D. Teodósio, no momento de sua chegada ao território amazônico, o jesuíta, já com pouco esforço, pelo embaraço de sua saída de Portugal,

reconhece que “agora começo a ser religioso”, esperando na bondade divina o sucesso da missão nesta região. Ser “agora religioso” para o padre Antônio Vieira não significava se desfazer de sua unidade teológico-política, mas sim apresentar o espaço privilegiado que o Maranhão e a Amazônia ocupavam no Quinto Império vieiriano. (VIEIRA, 1925, p. 301.)

A necessidade da Monarquia Hispânica em conquistar e evangelizar este novo território se fez presente desde a expedição jesuítica do padre Luís Figueira, primeiro padre da Companhia a dar início à conquista espiritual, principalmente na região entre o Tocantins e o Xingu. Diante de uma perspectiva promissora, o padre Figueira, inicialmente por decretos de Felipe IV, e depois já atendendo as ordens do rei restaurador, estabeleceu missões e também participou dos projetos de guerra contra os holandeses na restauração do Maranhão. (MORAES, 1987, pp. 149-151.)

Vieira, já no Maranhão, em 1653, escreve em carta ao Provincial do Brasil, que seguiria “os desígnios do Padre Luís Figueira” e também as ordens do rei D. João IV, em edificar casas e igrejas neste território. Desta maneira, como analisam Karl Arenz e Diogo Costa, o conhecimento prévio das potencialidades da região a mando da Igreja e da monarquia portuguesa eram não somente um empreendimento espiritual, mas também político (ARENZ & COSTA, 2012). Exemplo disso foi o que ocorreu na serra de Ibiapaba, situada no extremo norte da Província do Ceará, e a primeira missão evangelizadora do padre Figueira, que comandou expedição em 1607. O interesse nos índios da região, os Tabajara, aliados dos holandeses, justificavam qualquer esforço no sentido de sua conversão.

Pensando dessa forma que, mesmo perdendo a sua posição estratégica a partir de 1650, Antônio Vieira ainda organizou uma missão incompleta à serra de Ibiapaba, em 1656. O objetivo da missão, além de converter os índios Tabajara, era garantir que os nativos da região não passassem novamente como aliados dos holandeses. A quantidade de aldeias e almas não convertidas passava de mil e seiscentas, representando para Vieira um elevado número de fiéis, e por isso pretensas almas a serem convertidas. Sendo assim, lembremos do tema central do Quinto Império vieiriano, que se afirma na reconstituição do Mundo e da cristandade através da mediação divina entre a Igreja e os reis portugueses. Dessa forma, o indígena na projeção vieiriana, situado em maior parte no território do Maranhão, torna-se o instrumento espiritual da realização dessa profecia. (VIEIRA, 1925, pp. 482 e 483.)

Além disso, qualquer empreendimento missionário impulsionava não só uma ação espiritual, mas também um trabalho em conjunto entre a Coroa e a Igreja. A missão ao Maranhão, contando também com a serra de Ibiapaba, significaram para o jesuíta, plenos sinais da Graça Divina, como afirma em sua *Relação da missão da Serra de Ibiapaba* (1660). Segundo Vieira: “Verdadeiramente parece que tem mostrado Deus que quer esta missão se continue e que os padres se não saiam dela. [...] Sem dúvida tem Deus provido àquelas almas este meio de sua predestinação, e é infalível haver-se de conseguir”. (VIEIRA, 2003, p. 191.)

O grande interesse na geografia do Maranhão parece evidente na correspondência vieiriana. Vale como exemplo a carta remetida ao Conde de Ericeira, em 23 de maio de 1689. Na carta, Vieira adverte Ericeira que nem todos os negócios tratados entre ele e o

rei foram compreendidos pelos ministros por se tratarem de negócios sutis e particulares. Escreve o jesuíta:

[...] Quero dar a V. Ex.<sup>a</sup> uma notícia, que ninguém tem nem teve: e é que os negócios a que El-Rei muitas vezes me mandava eram mui diferentes do que se podia cuidar, ainda entre os ministros mui interiores [...]. Seja exemplo quando parti para o Maranhão. Sendo o meu intento querer antes arriscar a vida pelo Rei do Céu que pelo da terra, cuidaram muitos que aquela resolução não era minha, senão de El-Rei e a muito diferente fim. (VIEIRA, 2003, p. 551.)

Tal finalidade, para os ministros que “não percebiam as sutilezas” de seus negócios, a ida ao Maranhão seria para verificar a passagem a Quito e daí a Lima, pelo rio Amazonas, afim de se chegar a Potosí, onde era governador da região o Duque de Escalona, primo de Felipe IV. Essa frágil suspeita, levantada por alguns ministros, como o conde da Torre, contribuiu para o desconforto gerado entre Vieira e a Corte portuguesa.

Os “mistérios” sobre os negócios do Maranhão, gerenciados por Vieira, são ainda pouco discutidos pelos seus estudiosos, bem como a própria proposta de retirada de D. João IV para governar os Açores, após a celebração do casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do Duque de Orléans, caso a manobra fosse aceita pela França. Além de governar as ilhas do arquipélago, El-Rei governaria também o território do Pará e do Maranhão. Projeto nunca concretizado fora justificado pela historiografia, e pela fortuna crítica vieiriana, nos moldes do que fez J. Lúcio de Azevedo, ao reivindicar a falta de unidade e de coerência nas ações do famoso padre. Em geral, uma parte da historiografia vem insistindo na falta de coesão entre as fases da vida de Vieira, cujo exemplo mais evidente seria a distância entre o “Vieira diplomata” e o Vieira missionário. Por outro lado, um olhar mais cuidadoso sobre os escritos proféticos pode ajudar a pensar, em outros termos, o tema da fragmentação da personagem vieiriana, pois a missão, em geral, e a missão do Maranhão, em particular, nunca estiveram ausentes dos seus escritos proféticos ou políticos.

## CONCLUSÃO

Como bem disse Russell-Wood (1998), “foi o mar que deu sentido ao vasto mundo português”... e “Mar grande” era, para os portugueses, o significado da palavra “Maranhão”. Sem o intercâmbio que ocorreu de Norte a Sul do Atlântico, entre Europa, África, Ásia e América, muitas ideias abordadas por Vieira e outros religiosos, assim como os relatos de viagens de seus desbravadores, jamais teriam sentido, ensejando o sistema de rotas comerciais criadas para abastecer o comércio entre os reinos e as conquistas. Por isso, os descobrimentos são carregados de sentidos na obra vieiriana. Nela, é possível ver a onipresença da relação entre o Velho e o Novo Mundo e a representação providencialista das realizações marítimas dos portugueses.

Encabeçando um projeto que se reorganiza em uma unidade discursiva, diante de múltiplos escritos, Vieira consegue dar sentido a elementos providencialistas e messiânicos. Consegue também agregar novos elementos e interpretações; e, traz

para articular seu projeto do Quinto Império, novos lugares associados à lógica dos descobrimentos, relacionando as duas grandes entidades políticas da América lusa: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão.

Os processos de conquista e exploração econômica do Maranhão destacam a sua singularidade, percebida pelo padre Antônio Vieira anos antes da sua vinda para essa região. Mesmo assim, não temos como afirmar se o que Vieira escreveu sobre o Maranhão em sua obra profética *História do Futuro* fez parte do que vivenciou em sua experiência missionária neste território. Entretanto, através da interpretação das profecias anteriores é possível afirmar que Vieira concebia no seu projeto da “Quinta Parte do Mundo”, um papel para aquele território, principalmente no contexto da guerra luso-castelhana.

Quanto à relevância do pensamento profético e universalista do Padre Antônio Vieira, na política restauracionista e na guerra luso-castelhana, este artigo tentou contribuir para uma outra reflexão sobre a presença dessa imensa região, que alguns historiadores começam a chamar de Atlântico equatorial, nos seus planos político e espiritual. Para tanto, o texto faz uma reflexão sobre as partes desse Novo Mundo que se integram a partir de um plano maior, dando a esses espaços papéis específicos na nova política restauracionista.

A partir daí podemos concluir que: o Maranhão, assim como outras regiões, a exemplo do próprio Estado do Brasil, o Caribe, o Cabo do Norte e até mesmo a África e a Ásia, têm papéis definidos no devir do projeto universalista vieiriano, cabendo a Portugal/Lisboa a importância e a realização desses acontecimentos, o Maranhão também ganha destaque na interpretação das profecias, já que o fim primeiro do Quinto Império era a conversão geral da gentilidade e o fim da heresia. Para o jesuíta, a missão do Maranhão, vontade de Deus e do reino de Portugal, tornava suas esperanças mais próximas da realização desta utopia.

## REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Cristóbal de. Sacerdote, 1597-1675. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. de Helena Ferreira – Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- ARENZ, Karl e SILVA, Diogo Costa. “Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”. Fundação e consolidação da missão jesuíta na Amazônia portuguesa (século XVII). In: *Herança Jesuítica* (2012). Acessado em: [www.jesuiticaheranca.blogspot.com.br](http://www.jesuiticaheranca.blogspot.com.br).
- BARBOSA, Leonardo Soares. *O Quinto Império: pragmatismo e profecia nos escritos do Padre Antônio Vieira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BESSELER, J. Van den. Introdução. In: *Antônio Vieira: História do Futuro* (Livro Antepimeiro). Ed. Crítica. Münster, 1976.
- BESSELER, J. Van den. *Antônio Vieira: Profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano (Eds). *Antônio Vieira, Roma e o Universalismo das Monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: Centro de História de Além-mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, 2011.
- CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- CARDOSO, Alírio e CHAMBOULEYRON, Rafael. “Fronteiras da Cristandade: Relatos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio. *Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Salamanca: tese de doutorado (História) apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo* - Revista do Prog. Pós-Graduação de História, Manaus vol. 2, nº. 1, 2008.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. “MUITA TERRA... SEM COMÉRCIO”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII”. In: *Outros Tempos*; Volume 8, número 12, dezembro de 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana.
- CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e colonização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.
- CORTESÃO, Jaime. *O Ultramar português depois da Restauração*. Obras Completas, XX; Portugal Editora, Lisboa, 1967.
- COSTIGAN, Lúcia Helena (org). *Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- DE AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.
- DE MARTINI, Marcus. *HISTÓRIA DO FUTURO E PROFECIA DO PASSADO: o pensamento profético de padre Antônio Vieira face aos autores antigos e modernos*. In: Revista Aletria, nº especial, jul-dez de 2009.

- ERICEIRA, Conde de. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa. Na Officina de João Galvão, ano de 1679. Acessado em: <https://books.google.com.br>
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do Mundo: história de uma mundialização*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago – Belo Horizonte: Editora UFMG: São Paulo: Edusp, 2014.
- HANSEN, João Adolfo. “José van den Bessler, Antônio Vieira: profecia e polemica”. In: Antônio Vieira and the Luso-brazilian Baroque. Editors: Thomas Cohen and Stuart B. Schwartz; vol. 40, number 1, 2003, The University of Wisconsin Press. 114
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Padre Antônio Vieira e a economia portuguesa na época da restauração*. Revista de História Regional 11(1), Verão, 2006.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Séc. XIII-XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MENDES, Margarida Vieira. *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989.
- MENDES, Margarida Vieira. Vieira no cabo de não: Os descobrimentos no livro Antepimeiro da História do Futuro. In: SEMEAR 2, PUC- Rio, 1997.
- MORAES, José de (Pe.). *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Colégio do Pará, 1789. Editado pela Editorial Alhambra, Rio de Janeiro, 1987.
- MUHANA, Adma. “Do Processo de Vieira na Inquisição”. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007.*
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira – 2ª edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.*
- PÉCORA, Alcir. *Sermões: a pragmática do mistério*. In: VIEIRA, Antônio. Sermões, Tomo II / organização e introdução Alcir Pécora, São Paulo: Hedra, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. “Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa”. In: *Tempos*, julho de 2009.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.*
- VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre Antonio Vieira*, coordenada e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Tomo Primeiro, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.
- VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil; organização e introdução João Adolfo Hansen*. São Paulo: Hedra, 2003.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões; organização e introdução Alcir Pécora*. São Paulo: Hedra, 2001.
- VIEYRA, Antônio. *História do Futuro: livro Antepimeiro Prolegomenos a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro*. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998.
- VIEIRA, Antônio. “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vida de El-Rei D. João o quarto. Escritas por Gonsalvanes Bandarra e comentada pelo Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus e remetidas pelo dito ao Bispo do Japão, o Padre André Fernandes”. In: *De Profecia e Inquisição*. Brasília – Senado Federal, 2001.

VIEIRA, Antônio. “Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. III, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Padre Antônio Vieira*, Tomo I, II e III. Coordenadas e anotadas por João Lucio de Azevedo. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.